

Da conservação da paisagem urbana à luz da relação entre materialidade e imaterialidade

Marluci Menezes¹

RESUMO: A partir de uma perspectiva antropológica, discutem-se algumas particularidades, dificuldades e potencialidades subjacentes à importância de uma abordagem multidimensional das questões e processos relacionados com a salvaguarda e a reabilitação da paisagem urbana. Abordam-se tais questões a partir da relação entre materialidade e imaterialidade. Como suporte desta reflexão recorre-se a estudos sobre a conservação do património arquitetónico em que se participou.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem urbana, conservação do património, materialidade, imaterialidade

ABSTRACT: From an anthropological perspective, we discuss some peculiarities, difficulties and potentials underlying the importance of a multidimensional approach to the issues and processes related to the safeguard and rehabilitation of the urban landscape. We approach these issues thru the relationship between materiality and immateriality. In support of this reflection we refer to studies on conservation of the architectural heritage in which we participated.

KEY WORDS: urban landscape, heritage conservation, materiality, immateriality

1. Introdução

Como património urbano e cultural, os vários elementos que integram a cidade histórica testemunham como a sociedade e a cultura se relacionam com o ambiente envolvente ao longo dos tempos. Esta cidade define-se através de imagens peculiares que, por sua vez, se constituem pela especificidade da fisionomia arquitetónica e urbana, mas também através da forma e do modo como determinados aspectos socioculturais se encontram enraizadas – a par das suas dinâmicas –, bem como através da reprodução continuada – a par das suas reconfigurações – de determinados

¹Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

imaginários urbanos. A paisagem desta cidade contribui para enriquecer o seu património cultural e urbano, evidenciando a importância em articular as dimensões arquitetónicas, históricas, geográficas, sociais e culturais que dão consistência aos valores urbanos e paisagísticos, com as qualidades e valores físicos do espaço edificado, as funções e as atividades que possam viabilizar a conservação integrada dos contextos. A complexidade inerente à paisagem urbana exige uma abordagem multidimensional que considere a relação entre espaços exteriores e interiores, as dinâmicas e as dimensões históricas que estiveram na base da sua própria constituição, a sua qualidade artística, bem como os distintos ambientes geográficos, urbanos, sociais e culturais que nela se produzem e se constituem.

É premente pensar a paisagem urbana como parte integrante de uma paisagem cultural mais ampla e complexa. Os diferentes aspectos que compõem a paisagem são interativos entre si, influenciando-se mutuamente e dinamicamente, podendo-se considerar que a imagem da cidade transforma-se em conjunto com a paisagem urbana e esta, entretanto se constrói a partir da conjugação dinâmica de variadas e múltiplas dimensões – materiais e imateriais – que, por seu lado, encontram-se intimamente relacionadas com as mudanças sociais. O conjunto variado destes aspectos permite detectar distintos ambientes sociais e urbanos, evidenciando modos específicos de viver, construir, perceber, usar, representar, imaginar a cidade, assim contribuindo para a composição da paisagem. As formas e os processos como as dimensões que integram a paisagem urbana se manifestam são definidores de peculiaridades sobre as quais, *a priori*, as dinâmicas de intervenção urbana incidem. Estas especificidades indicam caminhos que podem contribuir para a conservação integrada dos elementos, materiais e imateriais, que constituem a paisagem urbana.

Esta perspectiva fundamenta a reflexão que aqui se pretende dar expressão: Como conciliar a necessidade de conservar o património urbano e salvaguardar a diversidade dos elementos que compõem a paisagem, com a necessidade de reabilitação e dinamização sociocultural e económica? Como dinamizar e reabilitar a paisagem da cidade histórica, sem transformá-la num mero recurso de *marketing urbano*? Como promover a paisagem cultural das cidades históricas sem congelar determinados aspectos e manifestações sociais e culturais?

Em síntese, a partir de uma perspectiva antropológica, visa-se discutir algumas particularidades, dificuldades e potencialidades subjacentes à importância de uma abordagem multidimensional das questões e processos relacionados com salvaguarda e a reabilitação da paisagem urbana. Para o desenvolvimento do argumento de reflexão, recorre-se a estudos em que participamos e que tratam da conservação do património a partir da relação entre materialidade e imaterialidade. Privilegia-se a experiência

relacionada com uma pesquisa sobre conservação de revestimentos exteriores históricos em cal.

2. Materialidade e imaterialidade na área da conservação da paisagem urbana

Ainda que a vinculação entre paisagem e património cultural não seja recente, é relevante como que, através da categoria “paisagem cultural”, paulatinamente esta associação tenha vindo a ter uma visibilidade operacional no âmbito das lógicas político-institucionais e técnicas – nacionais e internacionais – de salvaguarda do património como, por exemplo, transparece nas várias convenções, recomendações e cartas relacionadas com a conservação de contextos históricos. Todavia, não sendo objetivo deste texto discorrer sobre as categorias acionadas (e respectivas implicações) no âmbito das normativas e convenções que versam sobre a conservação do património histórico e cultural, realça-se, por agora, dois aspectos que decorrem dos referidos documentos e normativas: o efetivo reconhecimento da relação entre paisagem e património cultural; a complexidade abarcada pela categoria paisagem cultural, associada a não menos complexa e abrangente noção de património e que, como não poderia deixar de ser, remete para uma outra relação e que se reporta às questões da materialidade e imaterialidade. Como exemplo, e tendo por referência as Recomendações da UNESCO sobre a Paisagem Histórica e Urbana (2011), é interessante destacar os seguintes aspectos no tópico que define o que se entende por paisagem urbana histórica: “é a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais”, assim incluindo “o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica”, designadamente inclui “a topografia do local, a geomorfologia, hidrologia e recursos naturais; o seu ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo; as suas infraestruturas acima e abaixo do nível do solo; os seus espaços abertos e jardins, os seus padrões de uso da terra e organização espacial; percepções e relações visuais; bem como todos os outros elementos da estrutura urbana”, bem como inclui as “práticas e valores sociais e culturais, processos económicos e as dimensões intangíveis do património relacionado com a diversidade e identidade”, pelo que a “abordagem da paisagem urbana histórica inscreve-se na esteira das tradições e das percepções das comunidades locais, respeitando os valores das comunidades nacionais e internacionais.”

Também não pretendendo aqui discorrer sobre o conceito de paisagem², assume-se os seguintes pressupostos para discutir a questão da conservação da paisagem urbana (Menezes e Tavares, 2003, 2008) a partir da relação entre materialidade e imaterialidade:

- A paisagem urbana como um processo – contínuo e dinâmico de configurações e reconfigurações – e expressão de uma variedade de aspectos históricos, políticos, ideológicos, socioculturais, económicos, geográficos, construtivo-arquitetónicos e tecnológicos.
- A imagem da cidade é uma das dimensões que constituem a paisagem urbana, estando intimamente relacionada com as dimensões sociais, culturais, económicas, construtivas, políticas e ambientais dos contextos que lhes dá expressão.
- A leitura e interpretação da paisagem urbana são diversificadas em função de quem as faz, relacionando-se com os significados, valores simbólicos, sociais e culturais, a percepção das pessoas e as suas visões de mundo.

Materialidade e imaterialidade são dimensões que se correlacionam na constituição da paisagem. A distinção entre estas duas dimensões é meramente de cunho operativo e, de modo algum, de conteúdo: a paisagem é sustentada por elementos materiais e adquire valor e significado a partir de uma dimensão imaterial. Esta perspectiva apoia-se no que Menezes (2012: 31) considera sobre a relação materialidade e imaterialidade relativamente ao campo do património:

Podemos concluir que o património cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado património imaterial, pois se todo património material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo o património imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais.

Estes pressupostos de partida enquadram um percurso de trabalho que, gradativamente nos aproximou das temáticas da paisagem cultural e urbana e da relação entre materialidade e imaterialidade no âmbito da conservação do património arquitetónico e, em específico, da conservação dos revestimentos exteriores históricos.

² Sobre o conceito de paisagem na geografia e a sua evolução, consultar o n.º 72 da Revista Finisterra de 2001. Recomenda-se ainda a sistematização da relação entre paisagem e património cultural, conforme realizada por Rafael W. Ribeiro (2007).

3. Da imatéria da paisagem a partir da matéria da conservação dos revestimentos exteriores históricos

Os revestimentos exteriores são elementos construtivos fulcrais na proteção das paredes. Dai a ideia dos mesmos como a “pele” dos edifícios. Todavia, os revestimentos “condicionam fortemente o aspecto final das construções”, influenciando a imagem dos contextos em que se inserem, participando da paisagem urbana (Veiga, 2003).

Por exemplo, quando se observa a composição cromática dos edifícios verifica-se que as cores das fachadas possuem uma estrutura que as ordena. A leitura do edifício como um todo estabelece-se primeiro a um nível cromático, sendo seguidamente notados os elementos decorativos, os relevos, as cornijas, as varandas e colunas, assim, originando vários planos cromáticos que dotam de unidade a leitura de uma dada obra arquitetónica ou um conjunto de edifícios (Tavares: 1998). Mas essa leitura é ainda influenciada por um conjunto de outros aspectos, de entre os quais destacam-se os significados socioculturais associados aos modos de viver e representar o ambiente, a paisagem (Menezes e Tavares, 2003). Assim, em determinados conjuntos de edifícios de arquitetura popular observa-se, por exemplo, relações entre as cores adotadas, as manifestações folclóricas e religiosas, os modos de vida, de habitar e representar o mundo, bem como os materiais utilizados são contextuais e dão lugar a técnicas específicas na aplicação destes revestimentos.

Olhemos em específico aos revestimentos de cal, já que as paredes de muitos dos edifícios históricos nacionais, de arquitetura erudita ou vernacular, foram revestidas por um leque variado de soluções técnicas e artísticas executadas com recurso a este material, e que, em muitos casos, relaciona-se com culturas e tecnologias artesanais de cunho local. Estes revestimentos beneficiam do recurso a técnicas sofisticadas – ex. o esgrafito, o fingido de pedra ou de tijolo – ou de técnicas mais simples, como o barramento ou o reboco, ou ainda a modesta caição. São muitas as referências de revestimento cuja pobreza do material local foi engrandecida pela destreza técnica dos artífices, pela simulação de materiais mais nobres e o uso de ornamentos peculiares (Aguiar, 1999; Tavares, 2009; Faria et al, 2010; Veiga, 2010).

Por referência ao Projeto LIMECONTECH (Conservation and durability of historical renders, compatible techniques and materials) – coordenado pelo LNEC e cofinanciado pela FCT – cujo um dos estudos realizados foi sobre as técnicas, materiais e ferramentas ligadas aos revestimentos de cal existentes em Portugal, realizou-se um estudo de caso em aldeias de Beja com o objetivo de conhecer o saber-técnico tradicional. O estudo teve por base a recolha de testemunhos orais sobre o saber-fazer artesanal ligado às artes da cal. No desenvolvimento deste estudo, contou-se com uma equipa constituída por especialistas da antropologia e da engenharia (Menezes, Veiga e

Santos, 2012, 2012a). Considerou-se ainda que o saber-fazer técnico tradicional relacionado com as artes da cal inscreve-se na definição de património imaterial (cf. Convenção da UNESCO de 2003). E, no seguimento do que refere Cabral (2010: 7), importou a ideia de que “sem o património material, o património imaterial se torna demasiado abstracto; e sem o património imaterial, o património material transforma-se numa série de objetos ou sítios ilegíveis”.

Essa experiência, contudo, apresentou-nos uma situação particularmente interessante e que aqui é brevemente apresentada. Isto é, observou-se que através do recurso de uma expressão popular específica aos artesãos da cal, não só o domínio técnico é revelado, como os valores e significados expressos pela destreza técnica são acionados na interpretação feita do edifício, da vila e paisagem que a enquadra.

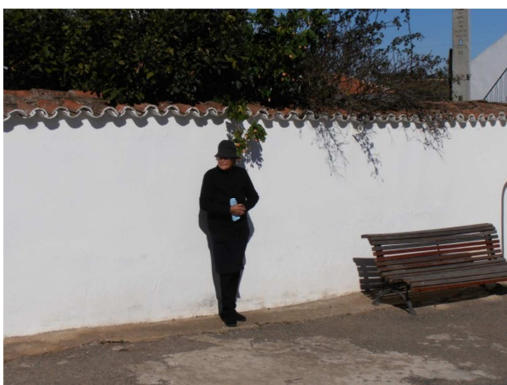


Fig. 1 – Freguesia de Albernoa, Beja



Fig. 2 - Freguesia da Salvada, Beja

“Ter opinião” era a expressão usada para descrever quem detém a destreza técnica, mas também para descrever o impacto sensitivo que essa mesma destreza cria em quem vê e se apercebe da arte de quem cria paisagem. Quem “tem opinião” está legitimado a pintar do “lado de fora” do edifício, já que o domínio da arte assume um sentido de lugar público: a fachada do edifício, a face da vila. “Ter opinião” remete para o domínio da arte da cal e experiência, perfeição, higiene, tradição, conservação, sentido estético dos edifícios e, num sentido mais abrangente, para uma determinada imagem urbana, assim, participando do processo de construção da paisagem. “Ter opinião” é uma expressão que permite abordar os pormenores técnicos do saber-fazer das artes da cal, bem como uma experiência afetiva, sensorial e sensitiva cuja complexidade não se traduz numa mera receita, revelando ainda um sentido crítico que fundamenta uma opção de trabalho.

4. Das dificuldades de conservação da paisagem a partir do caso específico dos revestimentos exteriores históricos

A conservação dos revestimentos exteriores não é uma prática comum hoje em dia, já que com frequência são eliminados de modo indiscriminado e reparados com materiais incompatíveis, o que pode comprometer o edifício histórico e a sua imagem. À par da importância da conservação destes elementos construtivos relativamente à sustentabilidade ambiental, histórica, técnica (construção e materiais), estética e paisagem urbanas, os obstáculos que se colocam à sua conservação são muitos, entre os quais destacam-se a falta de registo dos elementos e técnicas preexistentes, o desconhecimento da composição e técnicas envolvidas, a exposição a ações destrutivas/degradação, a falta de manutenção e dificuldade de reprodução das técnicas construtivas, a reparação por meio da extração/remoção dos elementos antigos, a substituição dos elementos antigos por modernos, a necessidade de utilização de materiais compatíveis com os originais, a dificuldade de estabelecimento de recomendações prescritivas sobre a sua conservação no âmbito dos planos de intervenção em áreas históricas.

Não menos importante é o facto de que muitos dos obstáculos que se colocam à preservação dos revestimentos históricos são de cunho sociocultural, como por exemplo, a falta de sensibilidade e de conhecimento, o desprestígio social pelo uso de materiais naturais e o recurso ao trabalho artesanal, o gosto por materiais mais modernos, os efeitos de moda, o vandalismo, a falta de mão-de-obra especializada para a sua aplicação, a perda de conhecimento tecnológico tradicional (em muito na posse de artesãos idosos) e a dificuldade de transmissão deste mesmo conhecimento para as novas gerações.

Ainda que de um ponto de vista técnico e científico se tenha de aprofundar a investigação sobre a intervenção física no campo do património, é certo que muito se avançou nos últimos anos. Mas, no que respeita à dimensão sociocultural da intervenção e conservação, subsistem lacunas que vão desde a formação para a sensibilização para com o património às questões mais macro-estruturais, tais como a pobreza, o desemprego, o envelhecimento do tecido social, a falta de condições de habitabilidade (etc.). Ao que, sendo certo que é de evitar-se o que Bourdin (1996) considerou por “conservadorismo fundamentalista”, assim precavendo as situações em que o património cultural é congelado, é certo também que a conservação do património deve ser tomada como uma prioridade. Mas aqui confrontamo-nos com o desafio de gerir a relação entre criar condições de conservação do património e de, através da promoção do desenvolvimento sociocultural, envolver as pessoas na salvaguarda do que é de todos.

O ato de intervir na cidade histórica e na sua paisagem exige uma cuidada e equilibrada gestão das partes interessadas, daí que:

“É preciso enfatizar que o património como recurso não se encontra necessariamente vinculado ao mundo dos grandes negócios e à especulação. É certo que grandes-empresendimentos imobiliários, urbanísticos e turísticos se valem dessa tendência e a estimulam. Mas é também verdade que programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e da cidadania buscam eficácia no fortalecimento de tudo aquilo que a população pode fazer, com os recursos de que dispõe e que tradicionalmente acumulou, nos lugares onde vive e em seus modos de vida diferenciados. O património serve também para desenvolver a cultura pública e por isso deve ser valorizado: o património urbano é bom para o desenvolvimento sustentável, para as festas, para a civilidade e também, porque não, para os negócios. O desafio que se apresenta ao sistema como um todo é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade económica e socio-ambiental da preservação.” (Arantes: 2004)

5. Contributos para pensar a relação entre materialidade e imaterialidade na área da conservação da paisagem urbana

Intervir no património cultural é, como observa Meneses (2012:39), uma atividade complexa e trabalhosa que “exige postura crítica rigorosa”, sobretudo porque trata de uma matéria-prima delicada: “os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos”. Daí que, como também salientado pelo autor, a relação entre materialidade e imaterialidade, esteja diretamente associada com a “problemática do valor”, já que:

(...) Falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significado intrínsecos, próprios das coisas em si, obediamente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas da sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. (...) – e, em suma, seus valores. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do património cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa enquanto esfera do campo (Meneses, 2012: 32).

Para o autor, as principais componentes do valor cultural, respeitam aos seguintes valores: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos (ver Quadro 1). Meneses, ainda observa que estas componentes não estão isoladas, são

interdependentes, agrupando-se de diferentes formas na produção de combinações e recombinações, sobreposições, hierarquias, transformações e conflitos.

Quadro 1 – Componentes do valor cultural (cf. Meneses, 2012: 35-38)

VALORES	CARACÉTRÍSTICAS PRINCIPAIS
Cognitivos	É um valor de “fruição intelectual”, já que remete para uma conjuntura em que um dado objeto proporciona condições de conhecimento ou se estabelece como campo aberto com relevância para o conhecimento. “Por seu intermédio pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico (...)”. Nesta perspectiva, o bem é abordado como um documento, “ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza”.
Formais ou Estéticos	Relacionado com a experiência sensorial proporcionada pelo contato com o bem patrimonial e que não propriamente respeita a relação com o objeto enquanto documento. Esta experiência é considerada como a “ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo”. Tal não necessariamente respeita aos estilos em si, mas sim aos atributos presentes nos objetos que, ao aticar a percepção, induzem a uma apreensão mais aprofundada e capaz de produzir e transmitir lógicas mais amplas de sentido. “Isto não coincide com estilos, embora atributos formais dos estilos possam, precisamente, aguçar a minha percepção, qualificando-a”.
Afetivos	Respeita a memória. Ainda que usualmente se costume associar a memória ao valor histórico, a memória, na verdade, é um valor afetivo. Isto é, ao conceber-se a história como a produção crítica de conhecimento, isto significa que aqui está-se no campo dos valores cognitivos. No entanto, os vínculos subjetivos e simbólicos estabelecidos com certos bens associam-se à memória, e estão relacionados com a “formulação de autoimagem e reforço de identidade”, assim respeitando ao campo dos valores afetivos.
Pragmáticos	Considerados como os “valores de uso percebidos como qualidade”, ou seja, quando as condições disponíveis de uso de um determinado bem viabilizam a qualificação de uma prática social.
Éticos	São os valores relacionados com as interações sociais em que os bens “são apropriados e postos a funcionar, tendo por referência o lugar do outro”. Remetem para a forma como as questões da diferença e da diversidade cultural são conduzidas.

Por fim, o autor discute dois aspectos centrais sobre a problemática do valor: o sentido de oposição que normalmente é associado ao valor cultural e ao valor

económico (enquanto valor de troca). Segundo o autor, estes dois valores não são antagónicos, na medida que existe uma dimensão cultural no bem económico e vice-versa. Todavia, existe uma oposição relativamente a lógica da cultura, concebida como uma “lógica de finalidade, em que a produção de sentido e da comunicação é que constitui prioridade, como acentua García Canclini), e a lógica de mercado, já que esta “tende a instrumentalizar a cultura, na obtenção de lucro” (Meneses, 2012: 38).

Tendo presente as componentes de valor cultural acima salientadas, tendo ainda presente a problemática da conservação dos revestimentos exteriores históricos, é-se confrontado com a necessidade de estabelecer-se uma metodologia de intervenção que leve em consideração as múltiplas dimensões de enquadramento da matéria do património. Mas, que tipo de informação deve ser recolhida? Como classificar e delimitar valores multidimensionais que interagem entre si, que se sobrepõem, combinam-se e voltam a recombinar-se, que criam hierarquias, se transformam e criam conflitos?

Com base nessas questões, iniciou-se um processo de identificação das dimensões sobre as quais se deveria conferir atenção no processo de intervenção (Veiga, Tavares e Menezes, 2011). Neste sentido, o quadro 2 corresponde a um primeiro ensaio, devendo ser melhor e mais aprofundado, sobre as (potenciais) dimensões a considerar no âmbito da definição dos conteúdos de valor cultural de um determinado bem. As dimensões consideradas são: localização e meio, arquitetónicas, construtivas, históricas, artísticas, socio-simbólicas, científicas.

Quadro 2 – (Potenciais) dimensões para a compreensão do valor cultural de um bem

Localização e meio	Arquitetónicas	Construtivas	Históricas	Artísticas	Socio-Simbólicas	Científicas
Sítio e posição geográfica; características do lugar (urbano, rural, isolado); imagem urbana e impacte visual na paisagem	Estilo, forma, projecto, características espacio-funcionais	Materiais e técnicas, metodologias e projeto	Registo que influi na expressão de um dado aspecto do património material ou imaterial	Forma de expressão estética e decorativa	Expressão da estrutura e do desenvolvimento social, dos valores simbólicos e de ligação ao meio e à memória	Interesse de compreensão das fontes de informação para o conhecimento técnico-científico

6. Conclusões

No campo da conservação da paisagem urbana, as distinções ente materialidade e imaterialidade, somente fazem sentido em termos operativos. Para efeito de discussão recorreu-se a uma experiência específica com artesãos da cal, onde através do recurso a expressão “ter opinião” foi possível observar a referência a aspectos como: destreza, conhecimento, sensibilidade, afeto, sentido estético e compositivo, noção de conjunto, de impacte visual e de paisagem.

A expressão “ter opinião” permitiu-nos focar as experiências sensitivas de quem executa a arte da cal e atua na matéria do património, contribuindo com o processo de construção de paisagem urbana. Mas esta expressão também informa, num sentido mais lato, sobre quem aprecia o panorama urbano proporcionado por uma dada experiência sensorial de leitura da paisagem.

No campo da conservação da paisagem urbana histórica e, olhando em específico, a problemática do valor na matéria da conservação dos revestimentos exteriores históricos, interessa, contudo, aprofundar o conhecimento sobre como melhor operacionalizar as componentes de valor cultural de que fala Menezes (2012) com uma metodologia de intervenção que priorize o sentido multidimensional com que um dado bem adquire sentido, valor e significado.

Adaptando a ideia de Amit-Cohen (2008) sobre a importância da conservação dos tijolos em silicato no centro histórico de Telavive-Jaffa como paisagem (ao que o autor recorre a expressão de “silicatescape”), poder-se-ia considerar também a importância de conservar as paisagens da cal (“limescape”). Para efeito, e na sequência dessa perspectiva, existem cinco razões que fundamentam o interesse na conservação das paisagens de cal:

- A cal aparece na fachada de muitos dos edifícios históricos nacionais – quer sejam de arquitetura nobre, quer sejam de arquitetura vernacular.
- Os revestimentos em cal são parte de estilos arquitetónicos.
- Os revestimentos são parte essencial da aparência e ornamentação de determinados edifícios.
- Representam uma tecnologia construtiva que reflete a história, bem como as mudanças socio-económicas, culturais e ideológicas.
- Representam formas específicas de saber-fazer, bem como de usar, representar, valorizar e significar a matéria do património.

Por fim, as questões introduzidas nesta reflexão permitem observar que:

- O conhecimento científico disponível não dá conta, sozinho, de prescrever estratégias de conservação, manejo e uso sustentável do património.
- A consideração da paisagem como construção social não dá conta de resolver questões concretas de intervenção e conservação.
- É necessária a elaboração de novos parâmetros de relação entre conhecimentos científicos e não científicos, que levem em conta os múltiplos sentidos que a ideia de valor pode conter.
- É necessário considerar as pessoas como parte ativa do processo de construção/destruição e de expressão sociocultural do património (material e imaterial).
- É necessário considerar as pessoas como um elo fundamental dos projetos de dinamização, valorização, conservação e de desenvolvimento dos lugares de património.

Parafraseando os artesãos cujos testemunhos sobre o saber-fazer inspiraram uma leitura específica das paisagens de cal, talvez possa ter interesse a aprendermos a “ter opinião” no campo da conservação da paisagem urbana histórica.

7. Bibliografia

- AGUIAR, José (1999) – *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos – bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento
- ARANTES, A. (2004) – *O Património cultural e seus usos: a dimensão urbana*. *Revista Habitus*, p. 425-435.
- ARMIT-COHEN, Irit (2008) – *Slicatescape – preserving building materials in the old urban center landscape: The case of the silicate brick and urban planning in Tel Aviv-Jaffa*. «Journal of Cultural Heritage», n.º 9, p. 367-375.
- BOURDIN, Alain (1996) – *Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain? Professionnels et citoyens face aux témoins du passé*. «Les Annales de la Recherche Urbaine» n.º 7. Paris, p. 7-13.
- CABRAL, Clara B. (2010) – *A Convenção do Património Cultural Imaterial – Contexto e Aplicação na Reabilitação do Edificado*. «Pedra & Cal». Ano XII, n.º 48, Lisboa, p.4-7.

- FARIA, Paulina; TAVARES, Martha L.; MENEZES, Marlucci; VEIGA, M. Rosário; MARGALHA, Goreti (2008) – *Traditional Portuguese techniques for application and maintenance of historic renders*. Proceedings 2º Historical Mortars Conference. Praga.
- MENESES, Ulpiano Toledo B. de (2012). *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, p. 25-39. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. [Consulta realizada em 12/09/2013].
- MENEZES, Marlucci; TAVARES, Martha L. (2003) – *A Salvaguarda da imagem urbana: será possível um trabalho interdisciplinar?* «Arquitetura e Vida», n.º 35, Lisboa: Loja da Imagem, p. 20-23.
- MENEZES, Marlucci; TAVARES, Martha L. (2008) – *The safeguard and rehabilitation of the city image for the conservation of the urban landscape - A multidisciplinary perspective*. Proceedings of Eurau'08 - European Symposium on Research in Architecture and Urban Design Madrid: Superior Technical School of Architecture of the Technical University of Madrid.
- MENEZES, Marlucci; TAVARES, Martha L.; VEIGA, M. Rosário (2012). *Os revestimentos exteriores dos edifícios históricos como parte da imagem da cidade: desafios socio-ambientais à sua conservação*. In ROMERO, Marta A. B.; SOUZA, L. C. L; SILVA, A. N.; RODRIGUES, D. S.; RAMOS, R. A. R.; TREVISAN, R.; PESCATORI, C., coord. – *Reabilitar o Urbano*. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB), p. 147-162.
- MENEZES, Marlucci; VEIGA, M. Rosário; SANTOS, A. Rita (2012a) – *Oral testimony of artisans as a source of knowledge for the safeguard of historical renders*. Atas da II Conferência Internacional da Tradição Oral, Évora. (no prelo)
- MENEZES, Marlucci; VEIGA, M. Rosário; SANTOS, A. Rita (2012) – *Técnicas Tradicionais de Revestimentos Históricos Exteriores – Relato de entrevistas com artífices sobre as técnicas tradicionais de revestimentos de cal*. Relatório 223/2012 – DED-NESO/NRI, Lisboa: LNEC.
- MENEZES, Marlucci; TAVARES, Martha L. (2008) – *Social and Sustainable development of the architectural heritage*. Proceedings 1º Historical Mortars Conference. Lisboa: LNEC.

- UNESCO (2011) – Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, aprovada na Conferência Geral da UNESCO em 2011. [Disponível em: <http://www.sintraovpm2011.com/ocs/public/conferences/1/docs/UNESCO_RECOMENDA.pdf?PHPSESSID=25f455cc3e79b22f3de89e90062ee414>]. [Consulta realizada em 20/09/2013].
- FINISTERRA (2001) – Revista Portuguesa de Geografia (2001), n.º 72. Disponível em: <<http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/index.html>>. [Consulta realizada em 15/08/2013].
- RIBEIRO, Rafael W. (2007) – *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Série Pesquisa e Documenta do IPHAN. Brasília: IPHAN/COPEDOC. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3850>>. [Consulta realizada em 03/10/2013].
- TAVARES, Martha L. (2009) – *A conservação e o restauro de revestimentos exteriores de edifícios antigos - uma metodologia de estudo e reparação*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Tese de doutoramento.
- TAVARES, Martha L. (1998) – *A Rua do Bom Jesus no Bairro do Recife – Um estudo sobre o uso da cor nas fachadas de edifícios históricos*. Lisboa: Universidade Lusíada. Tese de mestrado.
- UNESCO (2003) – Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.
- VEIGA, M. Rosário (2003) – *As argamassas na conservação*. Atas das 1^{as} Jornadas de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Aveiro.
- VEIGA, M. Rosário; TAVARES, Martha L.; MENEZES, Marluci (2011) – *Strategies for conservation of historical renderings. Factors and decision criteria*. Actas ICOM-CC 2011, Lisbon.
- VEIGA, M. Rosário (2010) – O relacionamento das estruturas de base científica com os artistas dos ofícios tradicionais. In *As idades da construção. Técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, p. 126-139.